



Nesta seção, analisamos os últimos dados do mercado de trabalho, a proposta do governo federal para a educação superior com o programa Future-se e dados de relatório que mostram que o Brasil está longe de cumprir os compromissos assumidos com a comunidade internacional até 2030 sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Bolsonaro destrói empregos e desenvolvimento sustentável

Mercado de trabalho: quadro muito grave

O governo alardeou que o Brasil gerou 48.436 empregos formais em junho, o melhor resultado registrado para o mês desde 2013, de acordo com dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged). No consolidado do semestre, os números de junho são os melhores desde 2014.

No entanto, em termos de estoque de emprego formal – da quantidade de postos existentes no país – o Brasil ainda está longe dos níveis pré-crise: em junho de 2014 o país contava com 40,9 milhões de empregos formais, o pico da série desde 2002, caindo a 40,4 milhões em junho de 2015, 38,6 milhões em junho de 2016, 37,9 em junho de 2017 e com ligeira recuperação em junho de 2018 e 2019 (respectivamente, com 38,2 milhões e 38,8 milhões). Comparativamente, o estoque de emprego em junho de 2019 está abaixo dos valores de junho de 2012, quando foi de 38,9 milhões.

Além disso, como tem mostrado os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), contabilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país tem quebrado recordes históricos com os altos números de desa-

lentados e subutilizados no país. A população também sente no seu dia a dia que a vida não está fácil.

Future-se: reforma na educação sem discussão

O Ministério da Educação divulgou neste mês de julho um projeto para reformar com profundidade a educação superior federal brasileira, alcunhado “Future-se”, com a proposta de ampliar a base orçamentária das universidades e institutos federais. O programa está estruturado em três eixos (gestão, governança e empreendedorismo; pesquisa e inovação; e internacionalização).

Em primeiro lugar, vale dizer que o projeto não foi discutido com os reitores (apesar de citar muitos projetos já em curso nas universidades como modelo) nem com a comunidade acadêmica, sendo colocado para “consulta pública” por cerca de duas semanas e no período de férias escolares. Vale ainda dizer que a consulta pública praticamente só pergunta aos participantes se os itens estão claros ou não, não pergunta sobre o conteúdo das propostas. Portanto, o pouco diálogo com a comunidade universitária e o pouco espaço para opinar sobre o futuro da universidade já mostram um caráter

autoritário do projeto.

Em segundo lugar, as propostas do programa não estão claramente definidas, muitas estão pendentes de futura regulamentação. O que está definido é que Organizações Sociais (OSs) deverão, para as instituições que aderirem voluntariamente ao programa, influir na gestão e nas políticas acadêmicas das instituições, o que tem sido interpretado como uma grave ingerência à autonomia universitária: de acordo com a minuta de Projeto de Lei referente ao programa que foi divulgado pelo governo, às OSs compete “apoiar a execução de planos de ensino, extensão e pesquisa das Instituições Federais de Ensino Superior” e, vagamente, “exercer outras atividades inerentes às suas finalidades”.

Em terceiro lugar, do que já se percebeu, o “Futuro-se” tenta impor uma lógica de “gestão” supostamente neutra à universidade, mas que se caracteriza por entregar enorme poder às OSs que as gerirão, em claro processo de redução da autonomia da comunidade universitária, reduzindo o poder de um setor que tem feito grande oposição ao governo, como mostram as greves organizadas pela educação contra os cortes na área. Além disso, o programa propõe ampliar fontes de financiamento das instituições por meio da gestão dos imóveis das instituições (entende-se venda ou aluguel destes), cessão de “naming rights” de prédios e campi e a captação de recursos com as leis de incentivos fiscais, além de um Fundo Soberano do Conhecimento, um fundo multimercado com aportes do governo federal e de investidores privados.

Em quarto lugar, o programa não dá nenhuma resposta à crise que atinge as Instituições Federais de Educação Superior no curto prazo: diversas instituições já anunciaram que devem paralisar ou reduzir atividades no segundo semestre de 2019 por falta de verbas.

Fora do escopo do programa, é importante apontar que reitores de Universidades Federais e Institutos Federais perderam prerrogativa de nomear pró-reitores, de acordo com o Decreto 9.794/2019 e a Portaria 1.373/2019. A portaria citada - lançada em 18 de julho deste ano - reforça especificamente que reitores de universidades e institutos federais podem nomear pessoas para cargos de comissão

e para exercer funções gratificadas e de confiança, exceto aqueles citados no referido trecho do Decreto 9.794/2019, ou seja, por exemplo, pró-reitores. Procurado, o Ministério da Educação afirmou que escolher pró-reitores continua sendo prerrogativa dos pró-reitores, mas a nova legislação é bem clara em suas definições.

Longe dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O “Relatório Luz da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável (Síntese II)” escrito por especialistas de 38 organizações analisa 121 (das 169) metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com as quais o Brasil se comprometeu até 2030, e aponta que o caminho trilhado nos últimos três anos pelo Brasil é incoerente com a Agenda 2030.

Se até 2014, segundo o relatório, o Brasil foi exitoso e atingiu antecipadamente o Objetivo do Desenvolvimento do Milênio de reduzir a fome e a pobreza, tal rota foi interrompida com a mudança das forças políticas que governam o país. O documento destaca a baixa adesão dos poderes Executivo e Legislativo aos ODS e ressalta que a flexibilização das leis trabalhistas e a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 são símbolos irrefutáveis do descompromisso político atual. E o relatório continua, sinalizando que “a atual proposta de reforma da Previdência baseia-se na falsa hipótese de que o modelo previdenciário vigente é responsável pelo déficit público e compromete o futuro de quem contribui”.

O documento traz alguns dados bastante alarmantes e mostra como o país está longe - ou até mesmo regrediu - do cumprimento das metas dos ODS. Por exemplo, no saneamento básico, o relatório aponta que somente cerca de metade do esgoto brasileiro é coletado e em torno de 30% do esgoto total é tratado. Apesar disso, há um investimento cada vez menor no setor. Também aponta que, em 2017, em relação à extrema pobreza o país volta aos números de 2005 e, em relação à pobreza, aos de 2009: houve uma perda bem mais rápida do que o tempo levado para avançar.